

NEGOCIAÇÃO 2019

GESTÃO DA PETROBRÁS INSISTE EM DESMONTAR O ACORDO COLETIVO

Empresa apresentou a segunda "proposta", mantendo a tentativa de retirar diversas cláusulas do ACT e oferecendo 1% de reajuste aos trabalhadores, enquanto pagará R\$ 1 bi em bônus para gestores. **PÁGINAS 2 e 3.**



Estudo apresenta salários de petroleiros em várias empresas.

Página 3

Sindicatos acionam a Justiça contra a venda de refinarias.

Página 3

Governo quer a destruição da Comissão Nacional do Benzeno.

Página 4

→ **NEGOCIAÇÃO 2019**

“QUEM QUER PAZ, TEM QUE ESTAR PREPARADO PARA A GUERRA”

Nos dias 1º, 2 e 3 de julho, continuaram as reuniões de negociação com a empresa com vistas aos ACT 2019/2020. Esta rodada evidenciou, mais uma vez, o que vem ocorrendo desde o início do processo, em maio, que são as tentativas dos gestores da empresa de desmontar o Acordo Coletivo e acabar com as conquistas da categoria.

No dia 4 a Petrobrás apresentou outra proposta, que retira cerca de 20 itens do ACT, propõe reajuste de 1%, ataca duramente a organização sindical e tenta impor medidas da reforma trabalhista aprovada em 2017. Para os gestores, o ACT é um “monstro” e os trabalhadores precisam aprender a “abrir mão de direitos”.

Até agora, nas diversas reuniões que ocorreram, a postura da empresa foi de intransigência e de ataque aos direitos conquistados.

Para os trabalhadores esta postura tem um objetivo claro: rebaixar o ACT para privatizar mais rápido e facilitar a vida dos compradores, que se desobrigam de qualquer direito, até mesmo com os empregos.

NENHUM DIREITO A MENOS

Já na primeira reunião, dia 22 de maio, os gestores chegaram com uma contraproposta sem ter negociado qualquer dos itens apresentados na pauta da categoria. A atitude da empresa causou tanta in-



Desde o PlenaFUP categoria já vinha dando o recado: nenhum direito a menos

dignação, que as federações (FUP e FNP) deliberaram por não comparecer nas reuniões agendadas para o final de maio (dias 27 e 28), e chamaram assembleias com os trabalhadores para definir encaminhamentos em relação a negociação.

As assembleias deliberaram por unanimidade, rejeitar a proposta, decretar estado de greve e reafirmar a disposição de luta por nenhum direito a menos. Além das assembleias, também foram feitas mobilizações em diversas bases no país, contra a postura da empresa.

PACOTE DE MALDADES

A empresa reuniu com as federações, dias 11 e 12 de junho, onde continuou a apresentar seu pacote de maldades. As representações dos trabalhadores tiveram que ser firmes e reiterar que a categoria não aceitará rebaixamento do acordo e acusaram a empresa de estar descumprindo o ACT em vários itens. Além disso, protestaram contra a política punitiva e policialesca imposta pela

direção da Petrobrás.

Em 18 e 19 de junho, em nova rodada de negociação, que tratou, entre outros temas, da tabela de turno, mais uma vez houve ataques da empresa, que mentiu para tentar impor uma tabela de forma unilateral, prejudicando os turneiros.

Depois das argumentações das representações dos trabalhadores, a empresa suspendeu o processo de votação que vinha fazendo, e concordou em discutir a questão com os sindicatos.

ENROLAÇÃO

Na última rodada de negociações, dias 25, 26 e 27/06 e 1º, 02 e 03/07, também houve poucos avanços. Nestes encontros, um dos principais temas colocados pelos trabalhadores foi a imediata suspensão do Programa de Remuneração Variável dos Empregados (PRVE). Para os trabalhadores, o programa viola o ACT em diversos itens e está sendo instrumento para alavancar a privatização da Petrobrás.

(Continua na página 3)



SindiPetro RS

102 522 601

Porto Alegre
Av. Lima e Silva, 818 - Cidade Baixa,
CEP 90050-100 | Tel: (51) 3226.2799
secretaria@sindipetro-rs.org.br

Sindipetro-RS | Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul | Filiado à FUP, CNQ e CUT

Diretoria Responsável: Alexandre, Alessandro, Alfredo, Ana, Bruno, Cadore, Daniel, Dary, Deporte, Elida, João Aloisio, Lautert, Lameira, Lisboa, Luci, Maia, Mateus, Mirian, Neide, Orlando, Patrick, Paulo, Quadrado, Russo, Sobral e Terterola - Jornalistas Responsáveis: Nara Roxo (MTb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278).

Canoas

Av. Victor Barreto, 3288 - Centro,
CEP 92010-000 | Tel:(51) 3472.4622
delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

Litoral Norte

Rua Deolindo Maggi, 52 - Centro, em Osório.
CEP 95520-970 | Tel:(51) 3663.2763
delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

NÃO VAMOS ACEITAR O DESMONTE DO ACT

As federações reiteraram que os trabalhadores não irão aceitar o brutal desmonte do ACT, que vem sendo tentado pela gestão da empresa, e continuarão a sua luta contra a privatização da Petrobrás.

A categoria defende uma empresa integrada, forte e a serviço do desenvolvimento

da Nação e do povo brasileiro.

Nesse sentido, alertam os petroleiros, não há saídas individuais. A luta é coletiva. “Quem quer paz, tem que estar preparado para a guerra”, disse o Coordenador da FUP, José Maria Rangel, depois de finalizadas as reuniões, dando o tom do que virá.

QUEM QUER DINHEIRO?

Na próxima sexta-feira, 12 de julho, a Petrobrás despejará R\$ 1 bilhão para um seletivo grupo de “colaboradores”. Os que aceitaram alavancar suas carreiras e remunerações às custas do desmonte da empresa serão premiados com polpudos bônus. Já para os trabalhadores, que estão no chamado andar de baixo, a gestão Castello Branco oferece 1% de reajuste salarial e rebaixamento do Acordo Coletivo, com retirada de direitos e redução de remuneração e de benefícios. Se a empresa reajustasse os salários em 4%, que é a projeção da inflação acumulada entre setembro de 2018 e agosto de 2019, gastaria R\$ 800 milhões durante um ano inteiro. Adivinhe de onde saiu esse R\$ 1 bi que está sendo desviado para o PRVE? É só fazer as contas.

SALÁRIO COMPATÍVEL COM OUTRAS PETROLEIRAS

Um estudo feito por Marcelo Gauto, especialista em Petróleo, Gás e Energia, mostra que, ao contrário do que muitos alardeiam, especialmente em tempos de campanha salarial, **os trabalhadores da Petrobrás não estão no topo salarial entre as maiores petrolíferas do mundo.**



Ele realizou um estudo, considerando diversos aspectos, a complexidade do tema e números que constam nos relatórios anuais de algumas empresas do ramo de óleo e gás - Petrobrás, BP, Equinor, Total e Shell - e concluiu que:

- 1) **O gasto da Petrobrás com salários está na média das demais companhias de petróleo.** As oscilações anuais ocorrem principalmente por alterações no número de empregados, custeio e faturamento.
- 2) **A Petrobrás apresenta um gasto percentual médio alinhado às demais empresas do ramo,** considerando o pacote de benefícios como um todo.
- 3) A análise permite concluir que **o custo com salários e benefícios da Petrobrás é similar aos players de mercado** com a qual ela concorre, especialmente no pré-sal.

O estudo na íntegra está no site do SINDIPETRO-RS.

Reduzir direitos para pagar bônus aos gerentes

Um dos importantes questionamentos dos trabalhadores é quanto a política de bonificação dos gestores adotada pela Petrobrás. Na prática, e conforme denunciou o diretor do SINDIPETRO-RS, Dary Beck em audiência pública no Senado, a verba representa um incentivo para os gestores venderem mais rapidamente a Petrobrás. Enquanto isso, quer penalizar os trabalhadores, desmontando o acordo coletivo de trabalho, acabando com conquistas e, inclusive, com restrição a questão de saúde e segurança, colocando suas vidas em risco.



PRIVATIZAÇÃO

Sindicatos acionam a Justiça contra a venda de refinarias



Imediatamente a publicação de comunicado da Petrobrás ao mercado, dando início ao processo de venda de quatro, das oito refinarias da empresa que estão sendo privatizadas, sindicatos da FUP - entre eles o SINDIPETRO-RS, ingressaram com **Ação Popular** para barrar a venda das refinarias. A Ação cobra também a disponibilização da Ata do Conselho de Administração da Petrobrás, que aprovou o parecer apresentado e aprovado pelo CADE. Este pedido é para conhecer os conselheiros que votaram contra o interesse público para eventual responsabilização.

O objetivo da ação é a anulação do acordo que a Petrobrás fez com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que autorizou a empresa a vender oito de suas 13 refinarias, ou metade da capacidade de refino do país. Para a assessoria jurídica que ingressou com a ação, o acordo com o CADE é cheio de irregularidades.

Além da ação judicial, no RS o Sindicato tem diversas iniciativas, como busca de apoio parlamentar nas Câmaras de Vereadores e Assembleia Legislativa, esclarecimentos à sociedade sobre os impactos negativos desta privatização, inclusive nos preços dos combustíveis e perdas de receita para os municípios, entre outras medidas.

Segundo o comunicado da empresa as refinarias serão vendidas em duas etapas e a REFAP está neste primeiro “lote”. A segunda etapa será anunciada até final do ano.

SAÚDE E SEGURANÇA

Governo quer a destruição da Comissão Nacional Permanente do Benzeno - CNPBz



A reunião da CNPBz, marcada para dia 5 de julho, em São Paulo, foi cancelada. A medida levou a Bancada dos Trabalhadores na Comissão Nacional a publicar uma nota, no último dia 1º/07, denunciando o desmonte dos trabalhos da Comissão e informando que não há previsão da retomada dos trabalhos do grupo.

Os ataques à CNPBz, que existe desde 1995, demonstra a falta de preocupação dos atuais gestores públicos com as questões relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores expostos ao benzeno, um produto altamente cancerígeno.

Essa reunião aconteceria em junho passado, mas o Minis-

tério da Economia, comunicou que “em função de ajustes na Agenda Regulatória” a reunião da CNPBz estava cancelada. Estas funções antes eram do Ministério do Trabalho, extinto por decreto pelo governo Bolsonaro.

A CNPBz

A CNPBz é resultado de um amplo processo negocial que culminou com a efetivação do Acordo Nacional do Benzeno, firmado em 20 de dezembro de 1995 e regulamentado através da Portaria SSST n.º 14 de 20 de dezembro de 1995. O objetivo da Comissão é acompanhar a implementação do Acordo e do Anexo 13 - A da NR 15 - Atividades e Operações Insalubres. Tem como princípio a busca de soluções consensuadas para a implementação do Acordo Nacional do Benzeno e é composta por representantes da Bancada do Governo, empresas e trabalhadores.

12 de julho tem Dia Nacional de Luta

As centrais sindicais confirmaram que o próximo **Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência** será realizado em 12 de julho. Além de ato em Brasília contra o fim da aposentadoria, pela valorização da educação e por emprego, que será promovido em conjunto com a União Nacional dos Estudantes (UNE), as centrais orientam os trabalhadores e as trabalhadoras a se mobilizarem também em seus estados e cidades. Em **PORTO ALEGRE** a concentração para o ato será **às 18h, na Esquina Democrática. Agende-se e participe!**

SERVIÇOS

ATENDIMENTO JURÍDICO

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL - Atendimento às 5ªs feiras, das 15h30 às 18h, na sede do Sindicato. **Plantões:** Canoas, dia 15/07 e em Osório, dia 23/07.

ESCRITÓRIO COSTA & ADVOGADOS - Atendimento na 1ª e 3ª semana do mês, às 6ªs feiras, na sede do Sindicato, das 14h às 16h e na 2ª e 4ª semana do mês, às 5ªs feiras, na Delegacia de Canoas, das 10h às 12h.

SERVIÇO SOCIAL - Assistente Social **Marilene da Silva** - Atendimento às 2ªs/manhã e 4ªs/tarde.

PARCERIAS - FEIRA DA AGRICULTURA CAMPONE-SA - Às quartas-feiras, das 10h30 às 18h, na sede do Sindicato, em Porto Alegre.

WHATSAPP - Receba informações pelo Whatsapp adicionando o telefone **(51) 99677.8648** ao seu celular.



NOTAS

Contra o desmonte das NR's

O SINDIPETRO-RS participou, dia 4/7, da reunião promovida pela Associação Gaúcha dos Inspectores do Trabalho, na Superintendência Regional do Trabalho (SRTE), para debater o desmonte e a precarização das Normas Regulamentadoras (NR's) de Medicina e Segurança do Trabalho que vem sendo promovida pelo governo federal. No encontro, diversas entidades aprovaram um manifesto, com objetivo de denunciar à sociedade, os impactos negativos da fragilização destas normas. No documento, afirmam que a saúde e a segurança do trabalhador é um direito que não se discute, mas se cumpre e que salvam vidas. Assinam o documento auditores fiscais do trabalho, procuradores, advogados, pesquisadores, além de centrais sindicais e diversos sindicatos, entre outras instituições.



DIEESE diz que salário mínimo deveria ser R\$ 4.214,62

O Dieese apurou que, nos últimos 12 meses, a cesta básica aumentou em 17 capitais, entre elas Porto Alegre, com acréscimo de 10,07%. Com base na cesta mais cara, o Instituto calculou em R\$ 4.214,62 o salário mínimo necessário para as necessidades básicas de um trabalhador e sua família, ou seja, 4,22 vezes o valor oficial (R\$ 998). Também com base no valor da cesta básica, o Departamento calculou que o trabalhador que ganha o mínimo comprometeu 47,9% de sua remuneração para adquirir a cesta básica.